

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO DE 2025

ATA NÚMERO SETENTA E QUATRO

10 Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alcino de Sousa Lopes, Carla Isabel Argueles Cáceres, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Abel Filipe Dias Gonçalves, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana. -----

25 Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, substituído por Diogo Filipe Prada da Silva; Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por José Manuel Silva Ferreira; Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares; Joaquim António Dias Tavares, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos; Mónica Alexandra da Silva Almeida, substituída por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira; Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira; Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira; Jaime da Silva Quintas, substituído por Margarida Maria Gomes Ferreira; José Fernando Santos Almeida, substituído por Pedro André Silva Dantas; Nelson de Jesus Martins da Silva, sendo substituído por Joana Nobre Macedo Ferreira Leite; André Araújo Ferreira, substituído por Beatriz Russo e Silva; Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto; Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, substituído por Ilda Maria Sereno Duarte Leite Assunção e Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, justificando a ausência não tendo
35 comparecido a sua substituta Andreia Filomena Silva Macedo. -----

5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Filipe da Silva Lopes, substituído por Joaquim José Pereira da Silva; João Morais de Sousa, substituído por Ana Silvina Baptista de Oliveira Almeida; Alexandra Mónica Soares Amaro, substituída por José Carlos Almeida Morais Soares e Manuel Paulo de Jesus Lopes, substituído por Mário Vicente Sousa Silva Reis. -----

10

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes os Senhores(as) Vereadores(as): Dário Soares Freitas da Silva, Célia Maria Mendes Correia, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Manuel de Oliveira Guedes e Marcelino Tavares. -----

15

Estiveram ausentes, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores(as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Elísio Ferreira Pinto, Rui Manuel Alves da Rocha Pereira e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa -----

Ponto 1 - Público.-----

20

Senhor Manuel Ribeiro, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada na sua intervenção falou da Rua Alto das Oliveiras, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, da falta de passeios para peões e dos remendos no tapete, da falta de alcatrão em zonas completamente degradadas ou mesmo com falta de piso e da reparação dos muros envolventes. Que não tinham sido aquelas obras que pediram à Câmara de Vila Nova de Gaia, nem tão pouco o que lhes prometeram. Tratava-se de uma rua com moradores de idade bastante avançada. Deu exemplos concretos da esposa que após cirurgias, ficou com uma mobilidade bastante reduzida, assim como uma outra moradora após acidente. Informou que na próxima reunião da Assembleia Municipal, os moradores iriam apresentar um abaixo-assinado. (Anexo 1).-----

25

30

Senhor Domingos Ferreira Pinto, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, tal como o munícipe que o antecedeu falou da Rua Alto das Oliveiras, Travessa Alto das Oliveiras e Rua Particular de Matosinhos, da freguesia de Santa Marinha. Agradeceu também e em nome dos moradores, as benfeitorias efetuadas nas suas ruas, com a colocação de tapete parcial, em algumas zonas, o que ajudou, na mobilidade de todos aqueles que diariamente utilizavam aquelas artérias. Lembrou o que lhes tinha sido prometido e que tinham ficado por fazer: passeios para peões, reparação de muros em ruínas nas áreas envolventes, falta de tapete em algumas zonas, postes de iluminação condignos, iguais aos já existentes em metade da rua e tubagens subterrâneas para cabos de EDP e telecomunicações. Esperavam os compromissos assumidos e

35

5 simpatia para com as suas pretensões. Falando do TGV e como gaienses, gostariam de ter informações sobre o traçado da linha e se essas ficavam em Santo Ovídeo ou em Vilar do Paraíso (Anexo 2). -----

Senhor Vasco Santos, Freguesia de Oliveira do Douro, disse que tinha estado numa reunião de câmara e tinha falado da situação caótica do Areinho de Oliveira do Douro, da Rua Raimundo de Carvalho, que não tinha um semáforo em condições junto a uma escola. Na altura registaram o pedido, mas nada tinha sido
10 feito. Que possuía uma fotografia de um camião, no Areinho, que estorvava e se fosse preciso ir ao Rio não conseguia. O comandante da Polícia Municipal tinha dois polícias, não havia um reboque. Estava preocupado pois se alguém pusesse um carro à entrada da sua garagem, como é que resolveria o problema tendo em vista que a polícia não tinha o reboque. Gostava de saber o que é que fazia o comandante dos Sapadores, pois não ia um dia sequer ver o que é que se passava em zonas perigosas como o Areinho de Avintes, Areinho
15 de Oliveira do Douro e outros. Todos seriam culpados se existissem mortes por afogamento ou outros. Continuou a acusar os vários partidos e todo o executivo da Câmara, a polícia Municipal, por trânsito demorado na Av. Da República Municipal e não agirem. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Valentim Miranda na sua intervenção deu os devidos esclarecimentos aos senhores munícipes, relativamente ao assunto do senhor Manuel Ribeiro e
20 Domingos Pinto que era semelhante. Aceitou que algumas coisas que apontaram estivessem por realizar, mas algo já tinha sido feito e acreditava que os munícipes tivessem já esse conhecimento. Havia determinado tipo de operações, em termos de contratação, que ainda não estavam devidamente concluídos, mas nem tudo o que disseram era verdade. Não seria sempre essa a realidade, teria de haver uma certa compreensão, porque houve ali outro tipo de problemas, em relação às águas, saneamentos, que tiveram de ser resolvidos.
25 Esses já foram resolvidos e pensava que a parte dos arruamentos e dos muros seriam de seguida. A disponibilidade em termos de contratação, daquele trabalho, estava a ser feita uma parte pelos serviços da Câmara e dentro de um de um trabalho que teria de ser gradual, e achava que, a curto prazo, seriam concluídas. A única coisa que prometia era tentar com os serviços, fazer uma visita ao local, para ver da possibilidade de poderem acelerar aquele processo. Em relação ao senhor Vasco Santos, pediu mais respeito
30 pelos colegas que estavam ali, quer pelos vereadores e presidente de câmara, como também com a oposição, juntas de freguesia e as pessoas em geral. Pensava que o respeito e a grandeza do homem estaria nas suas atitudes e, quando respeitávamos os outros, também exigíamos respeito para nós. O Areinho, em relação a praias e á segurança, se morresse lá alguém ou não, disse que perante a lei, gaia até tinha lá nadadores-salvadores, ali não era considerada uma praia fluvial, não podiam ter uma praia fluvial quando a água vinha
35 de um rio. Uma praia fluvial, para o ser, teria de ter qualidade da água sujeita a análises. Ali, como o rio Douro, vem como a água de outros municípios e que eles não conseguiam controlar, não poderiam ter praias fluviais e falava assim com conhecimento de causa.-----

5 **Ponto 2 – Leitura, Discussão e Votação de Atas.** -----

Não havendo Atas a Votação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Deputados que apresentaram os seguintes Votos: -----

10 **Senhor Deputado Carla Maria Rodrigues Costa (PSD)** apresentou um **Voto de Louvor** à “Academia de Xadrez de Gaia” conforme documento em anexo (Anexo 3). -----

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) apresentou um **Voto de Pesar** pelo “falecimento de Nuno Portas” conforme documento em anexo (Anexo 4). -----

15 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, à “Academia de Xadrez de Gaia”.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, pelo falecimento de Nuno Portas”. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia. -----

25 **3.1. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de substituição de vogal do Conselho de Administração para as AGEM e Proposta de Alteração do nº1 do artigo 16.º dos Estatutos das Águas de Gaia, E.M., S.A.”.** -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 3.1.** -----

30 **Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN) e 12 abstenções (05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 da IL).** -----

3.2. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de um Veículo Multifunções para o Batalhão Sapadores Bombeiros do Município de Vila Nova de Gaia -

5 **Autorização para Assunção dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:**

Rubrica 2019 | I | 7 – Viaturas de Combate a Incêndio -----

• Ano 2026 - € 520.000,00 (quinhentos e vinte mil euros) + IVA a 6%”.-----

10 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Valentim Miranda** acrescentou informação dizendo que não se tratava de uma candidatura. Era algo que interessava para o município, para capitalizar a qualidade dos serviços dos sapadores.-----

15 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.2. -----**

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

20 **3.3. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público com Publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para Aquisição de Serviços de Manutenção e Fornecimento de Peças para os Parques Infantis existentes no Município de Vila Nova de Gaia - Autorização para Assunção dos Encargos Plurianuais para o ano 2026 e 2027, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril”.-----**

25 **Senhora Deputada por Beatriz Castro Pinto (CDU)** Disse que sabia que se tratava de encargos plurianuais, mas lhe tinham surgido algumas dúvidas, na leitura do ponto, que queria ver esclarecidas. A Câmara Municipal identificou as suas próprias insuficiências, na manutenção dos parques infantis, e procurou até, tendo em conta futuras construções, a divisão desses no conjunto de 11 lotes. Contudo, no conjunto de 21 entidades contactadas, apenas existiu disponibilidade para a manutenção de seis lotes. Concretamente o lote um, dois, três, oito, nove e onze. Significaria, possivelmente que os restantes cinco lotes corriam o risco
30 de não ter manutenção. Não tiveram acesso aos anexos do procedimento, onde estaria a memória descritiva de cada um dos lotes, bem como a listagem de parques infantis de cada um. Aproveitava para solicitar à mesa o envio dessa documentação. Falou ainda que, em Vila Nova de Gaia, existiam duas situações que já denunciaram ali na Assembleia. A falta de parques infantis de proximidade e a falta de manutenção das poucas estruturas existentes. Era uma dimensão chave do poder local, pela importância que tinha e que
35 desempenhava enquanto política de proximidade e de apoio às famílias. Deixou a pergunta ao sr. Presidente

5 em exercício qual a garantia de que aquele procedimento contratual iria resolver os problemas. Perceber também se foram equacionadas outras soluções para a manutenção desses parques, pelo reforço das equipas nomeadamente da Divisão de Manutenção de Equipamento existentes. Por fim a saber o que iria acontecer aos cinco lotes. -----

10 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Valentim Miranda** na sua intervenção disse ser evidente que se tivessem quem fizesse toda a manutenção, não teriam de ir para um concurso internacional. Ele existia precisamente pelo grau de dificuldade que tinham de o conseguir, pela quantidade dos lotes que tinham e que estavam pela cidade inteira. Tinham os parques, mas muita dificuldade na manutenção porque depois não havia peças, não havia continuidade e, portanto, teriam de retirar elementos ao parque, porque não havia garantias de segurança e cada vez mais a qualidade da segurança nos parques era mais exigente.

15 Na maior parte dos casos, as empresas que contrataram para que dessem essa garantia, não o faziam. E não poderia ser a Câmara a colocar, a arranjar soluções de algo que punha em perigo as crianças. Iria demorar mais tempo, mas pelo menos sabiam que existiam empresas internacionais, que vieram a jogo e concorrer. Também denunciou o facto de os adultos danificarem os parques. Deu exemplos de situações na lei que não compreendia e que esteve, dois anos, á espera para ter um lince, no Parque Biológico. Também tiveram uma

20 empreitada de mais de 300 mil €, e o primeiro concorrente que ganhou não apresentou a documentação. Dizia, pois, nem sempre eram os políticos os culpados, mas todo o tempo que se perdia com toda tramitação. Ou mudavam as leis nesse sentido, ou cada vez seria mais difícil e depois a população não entendia isso. ----

25 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.3.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 44 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 da IL) e 02 abstenções da CDU.-----

30 **3.4. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 10,50 m2, sita na Travessa de Gulpilharinhos, lugar de Gulpilharinhos, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares, a confrontar do Norte com zona de proteção à A29/IC1, do Sul com Lote 5 do alvará 7/91, do Nascente com Travessa de Gulpilharinhos e do Poente com A29/IC1. O imóvel em apreço encontra-se**

35 **omisso à matriz e é parte do descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial sob parte do nº 17885, a folhas 33 do Livro B-64 da Freguesia de Gulpilhares”.** -----

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o**
Ponto 3.4. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

10 **3.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura**
Municipal de Trânsito na Rua da Lavandeira, Freguesia de Arcozelo”.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o
Ponto 3.5. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 **3.6. da Ordem de Trabalhos “Apreciação do Relatório apresentado pela Comissão para Avaliação do**
Programa GaiaAprende+”.-----

20 **Senhor Deputado Pedro Petiz, (IL)** no uso da palavra disse que a sua intervenção seria bastante célere e se resumia a um requerimento já submetido à mesa da Assembleia e que era bastante específica. Solicitavam á Assembleia e claro, ao executivo municipal, dois pontos relativamente ao funcionamento da Comissão Gaia Aprende +, o valor total das despesas com reuniões e visitas, ou seja, com as senhas de presença e com as despesas com deslocações. Solicitavam também o custo do relatório elaborado pelo Observatório Social de Gaia. -----

25 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** perguntou ao deputado se abdicava de dizer qualquer coisa sobre o relatório da Educação porque o requerimento estava completamente desenquadrado da temática que ali os trazia. Não deixava de ser legítima a curiosidade que tinha e seria respondida a seguir à próxima reunião de líderes, em que seria abordado, uma vez que todos os líderes, incluindo o representante da Iniciativa Liberal, estiveram nas 18 reuniões e nada questionaram, portanto, não poderiam de momento ter a informação. -----

30 **Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)** no uso da palavra disse, em relação ao tema em apreço, o CH diz o seguinte: Em primeiro lugar, agradecia à Comissão por quase dois anos de trabalho, assim como pelo relatório e pelas conclusões e recomendações que produziram. Em segundo lugar, agradecer de forma sincera a todos os intervenientes no programa Gaia aprende +, Gaia aprende + (i) e os funcionários, a própria Câmara e todos aqueles que se empenharam no programa que de facto, e tendo em vista as próprias conclusões do relatório, poderiam afirmar ser um sucesso e um sucesso que orgulho o município. Em terceiro
35 lugar, lamentar que desde 2017 que foi quando o programa iniciou não tenha sido possível, apesar das

5 recomendações, já na altura, e durante estes anos todos de falta de infraestruturas e recursos humanos não ter sido possível, entretanto terem resolvido essas situações ou no mínimo terem mitigado os problemas. Em quarto lugar, desejar que o próximo executivo consiga de facto alterar essa situação no que diz respeito aos temas mais sensíveis, como são as infraestruturas e os recursos humanos e desejar que os programas de facto tenham um resultado que seja plenamente satisfatório ou no mínimo mais satisfatório do que
10 atualmente. Que já não é, que já não é muito mau. -----

Senhora Deputada Beatriz Russo e Silva (CDU) no uso da palavra disse que no âmbito da apresentação do relatório Gaia Aprende + entendia ser importante que a reflexão se debruçasse sobre dois aspetos, o trabalho da Comissão ou em comissão, para lá do assunto nela abordado e, naturalmente, sobre o Gaia aprende +. O contributo que deixavam, relativamente à análise da experiência do trabalho em comissão deveria ser lido
15 de uma forma construtiva, importava refletir sobre as potencialidades e fragilidades do modelo de trabalho. Surgiram incompatibilidades, naturais no decorrer do funcionamento da Comissão. A maioria delas prendeu-se com o que se poderia exigir de um membro da Assembleia Municipal que, não sendo “profissional”, tinha condicionantes óbvias relativamente à sua disponibilidade de tempo para as reuniões, para as visitas, para um estudo apropriado, aliado ao já e cada vez mais intenso agendamento de reuniões ordinárias e
20 extraordinárias que decorreram. Essa condição, traduziu se em agendamentos, reagendamento, substituições ou outras expressões que, não sendo culpa de ninguém, nem ato de má vontade, naturalmente existiriam e seriam obstáculo para a concretização do tipo de trabalho idealizado. Em segundo lugar, consideravam que a eventual proposta de criação de uma comissão se deveria anteceder de uma sinalização muito exata do objetivo e objeto da análise e, acima de tudo da metodologia a aplicar. Fosse a encomenda
25 de um relatório ou um conjunto de audições. Continuou a apontar fragilidades no desenvolvimento dos trabalhos e entendimento do grupo quanto ao objeto e a forma do estudo. Em terceiro lugar, identificaram desde a primeira hora um certo grau de confusão quanto ao papel de um membro da Assembleia Municipal na fiscalização de políticas públicas, não necessariamente no texto da proposta da Comissão, mas ao longo das primeiras reuniões. Independentemente da formação ou profissão de cada um, um eleito ou membro de
30 comissão não tinha de estar habilitado a elaborar um inquérito e muito menos enquanto membro de uma Assembleia Municipal. Era importante não confundir o papel e a responsabilidade de fiscalização política das opções do Executivo municipal, com aquilo que era uma avaliação de qualquer programa ou iniciativa de política pública. A intervenção sobre aquele e outros programas da Câmara Municipal era um direito enquanto eleitos municipais. Discussão que não deveria ser esvaziada com análises técnicas por quem não
35 era técnico, ou não estava a desempenhar o papel de técnico na sua função, que era a de eleito. Em quarto lugar, disse que o trabalho de uma comissão pelo peso institucional que lhe era implícito e obrigatório, não permitiria uma flexibilização que outras formas de atuação política poderiam assumir. Continuou a falar da escola a tempo inteiro, dos trabalhadores que assumiam o projeto, defendendo um programa de ocupação

5 de tempos livres, onde as atividades culturais desportivas acontecessem fora das instalações escolares. O fim da flexibilização do horário e uma verdadeira avaliação das AEC. Concluiu que essa necessidade decorria da resposta aos vínculos laborais instáveis e gravosos dos pais e que não deixavam lugar para a família-----

Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE) no uso da palavra fez um reparo e acusou a CDU de falta de assiduidade na Comissão e talvez por isso o desconforto. Tinha sido a CDU a propor, por exemplo, o

10 Observatório Social de Gaia para assessorar a Comissão e com o seu aspeto técnico, foi o PSD. Portanto, a seu a seu dono não havia qualquer problema. A sua intervenção na Assembleia, era não apenas como representante político, mas como cidadão profundamente comprometido com a justiça social, a equidade territorial e a escola pública e sublinhava a escola pública como pilar de um projeto de democracia substantiva. O programa Gaia Aprende+, uma iniciativa que desde a sua génese e não foi em 2017, ou seja,

15 já, pronto, era mais velha do que 2017. De facto, procurava responder à crescente complexidade das vidas familiares e ao direito das crianças a uma educação plena para além da sala de aula e do currículo estrito. E afirmava com clareza, que aquele era um programa com um valor social inegável. A sua resposta alargada, com horários das 07h30 às 19h30, representava, e entendia o lamento da CDU, para milhares de famílias trabalhadoras, a única forma de conciliar a vida profissional com o acompanhamento dos seus filhos e falava

20 de mais de 6000 crianças por mês espalhadas por cerca de 110 escolas integradas em atividades educativas, culturais, lúdicas e de reforço alimentar. E isso chamava-se Estado Social em Ação. Contudo, enquanto saudavam esse esforço, não poderiam fechar os olhos às fragilidades que numa perspetiva de esquerda e obrigava-os a ser exigentes. O acesso desigual, por exemplo, entre freguesias, a escassez de monitores, a perceção do custo elevado, especialmente nas interrupções letivas ou a falta de acompanhamento adequado

25 para crianças com necessidades educativas especiais. Tudo aquilo eram sintomas de uma desigualdade estrutural que o poder local tinha de enfrentar com coragem e investimento. Porque não bastava garantir um programa. Era preciso garantir que ele chegava, de facto, a todas e a todos com a mesma qualidade, com o mesmo cuidado e com a mesma dignidade. O programa era avaliado positivamente por 88% dos encarregados de educação e isso era notável. Mas sabiam também, e os dados estavam ali, que existiam

30 famílias que não conheciam o Gaia aprende + ou que o abandonaram por falta de confiança na sua qualidade ou por ausência de alternativas acessíveis por falhas na comunicação ou na própria logística. Não eram casos pontuais, mas alertas. E a política de esquerda, teria de transformar o diagnóstico em Ação para que as políticas públicas não se limitassem a mitigar a exclusão, mas a erradicá-la completamente. Propunham, por isso, a universalização territorial do Gaia aprende +, garantindo que nenhuma freguesia ficasse excluída por

35 falta de massa crítica ou de vontade política local, a melhoria das condições laborais e da estabilidade dos profissionais reconhecendo que a qualidade da relação educativa dependia da motivação e da forma de quem cuidava. Por outro lado, a valorização da vertente inclusiva, ou seja, Gaia aprende + (i), com a avaliação própria e meios adequados para garantir que nenhuma criança, com ou sem necessidades específicas, ficasse

5 para trás. Acima de tudo, a assunção de que o investimento em educação não era despesa, mas justiça geracional. Dirigindo-se aos deputados pediu para o Gaia Aprende + continuasse a ser um projeto transformador. Como homem de esquerda, acreditava na escola pública como o maior motor da igualdade de oportunidades e que missão política de todos seria garantir que programas como aquele fossem universais, justos e emancipadores. O caminho era claro, investir mais, investir melhor e investir com
10 consciência social, conforme documento em anexo (Anexo 5).-----

Senhor Deputado Jorge Espanhol (CDS-PP) no uso da palavra disse, no desenvolvimento do trabalho efetuado pela comissão, que teve o privilégio de fazer parte e de nele colaborar, foi elaborado um relatório conjunto, relatório que muito refletia, nas suas conclusões aquilo que em parte, já todos conheciam, particularmente no que se descrevia como pontos fracos. Esses resumidamente enunciados no relatório
15 apresentado e fruto do trabalho da Comissão e do Trabalho que o completa, realizado, a nosso pedido, pelo Observatório Social de Vila Nova de Gaia, ao qual agradecia o empenho e o profissionalismo praticado no trabalho apresentado. Não poderiam deixar de pedir a esse Observatório Social a sua colaboração na realização do mesmo , tendo sobretudo em conta, e muito na opinião do CDS, de que o programa Gaia aprende +, implementado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, não era, e na sua mais elevada
20 intenção, um excelente complemento social e educativo proporcionado às famílias do Município, quer pelo apoio social e pedagógico que prestava, ou mesmo e tão só pelo afeto que alguns recursos humanos envolvidos demonstravam para com as crianças que usufruíam dele. Entendia o CDS que o programa carecia de alguns acertos nas suas vertentes sociais, educativas e até administrativas. Um Repensar numa forma de gestão única da Câmara Municipal e sem o recurso a apoio das associações que no presente se assumiam
25 como entidades gestoras na implementação do programa. Essa nova gestão única criaria uma uniformidade na prestação desse serviço que certamente colmataria as desigualdades praticadas, principalmente as de carácter pedagógico, muito objetivas no regulamento do programa e o alargamento por todo o território concelhio. O programa deveria continuar e melhorar esperando que o relatório ajude. Por último transmitiu um sentimento “(...) seria um dano social irreversível para muitas famílias o encerramento do programa”.,
30 conforme documento em anexo (Anexo 6).-----

Senhor Deputado Pedro Petiz, (IL) disse que a sua intervenção se prendia com a substância da Comissão e do programa. Relativamente à Comissão Gaia Aprende + que iniciou os seus trabalhos há precisamente dois anos. Realizaram-se 18 reuniões desta Comissão, 12 visitas institucionais. No decurso dos trabalhos tinha sido realizado um inquérito de grande escala à contratação externa da equipa do Observatório Social de Gaia
35 para a elaboração do relatório presente, junto Encarregados de Educação, docentes, não docentes, profissionais das entidades parceiras. Relativamente ao Programa Gaia Aprende + que no presente ano letivo assinalava o seu décimo aniversário, era uma iniciativa à qual se reconhecia mérito enquanto resposta de apoio à comunidade escolar. Era um programa que garantia segurança às crianças fora do horário letivo,

5 promovido alguma atividade extracurricular e permitido uma melhor conciliação da vida profissional e familiar, sobretudo em contextos onde não existia essa rede de apoio. Assim, agradecia à mesa a flexibilidade para a sua intervenção, conforme documento em anexo (Anexo 7).-----

Senhor Deputado Paulo José Melo Martins (PSD) disse que no dia 22 de junho de 2023, quando foi proposta por ele a criação da Comissão, o objetivo principal era um objetivo principal, eram as crianças. Era pelas
10 crianças, porque o programa respondia em primeiro lugar às crianças, segundo as famílias e, em terceiro lugar, á escola. Quando nessa altura fez a proposta, disse que o desafio maior era avaliar aquilo que tinha sido feito, até ao presente, no Gaia Aprende + desde 2014. Também que no passado, antes do Gaia Aprende +, existiu atividade, que na altura teve uma resposta adequada, mas que, entretanto, e ainda bem, evoluiu para uma situação em que, segundo a sua perceção, existia mais homogeneidade no município. Agradeceu
15 ao deputado João Martins pela retificação, mas também queria dar outro reparo achava que deveria ser a comissão a definir a forma de trabalhar e os pontos de partida do trabalho. Na proposta que foi ali apresentada estava claro qual era o objetivo da Comissão. Depois o resto foi o trabalho da Comissão. Sobre a questão do Gaia Aprende +, na altura o que tinham definido nessa comissão era trabalhar em dois eixos. O primeiro, que era o das respostas que o próprio programa estava a dar. E em segundo, perceber junto dos
20 vários intervenientes qual poderia ser o futuro do mesmo. Porque, mais do que a opinião pessoal, convinha ouvir as pessoas que realmente trabalhavam no dia a dia com o programa, fossem eles quem fossem, desde os encarregados de educação, as próprias crianças quer através do Focos Group, também foram ouvidos, os coordenadores das escolas, os diretores das escolas, os coordenadores das IPSS. Todas essas pessoas foram ouvidas e por isso tinham de fazer uma parte com alguém especializado, e foi feito pelo Observatório Social.
25 A outra parte era ir ao terreno e perceber o que é que estava a acontecer. Agradecia a forma cordata como a Comissão trabalhou, com avanços e recuos, próprios de quem dava os primeiros passos. Passando à realidade concreta do projeto e sua implementação admitiu que o programa no momento respondia a uma grande necessidade das famílias e ao bem das crianças. Continuou a fazer análises de conteúdo a partir dos inquéritos, referindo o custo do programa para as famílias, o desconhecimento do programa e regulamento por parte dos técnicos e até do desconhecimento do programa pelos pais. Terminou achando que seria um
30 grande desafio para o município de Gaia, para quem vier a liderar no futuro e para a Associação Nacional de Municípios. Houve a descentralização da educação e uma das coisas que a Associação Nacional de Municípios devia ter reivindicado, junto do governo, era um claro papel de ação e importância das AEC e das CAAF a dar mais poderes às Câmaras municipais para que as AEC e as CAAF tivessem um horário comum, porque aqui
35 dois mais dois não é igual a quatro. Deixou o desafio ao associativismo em Gaia para que participassem de forma proativa no programa. -----

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) deu uma nota prévia sobre o funcionamento daquilo que tinha sido a Comissão. Concordou com o Paulo Martins na forma como os trabalhos decorreram. Atendendo á

5 composição de pessoas e formas de pensamento diferentes conseguiram levar a cabo o trabalho. Foi naturalmente difícil. Não eram profissionais, mas apesar de tudo, o facto de terem conseguido agradecia a todos e, em especial ao Paulo, pelo contributo que deu para que tudo corresse bem. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, disse ser com grande orgulho que ali valorizassem, o Projeto Gaia Aprende +, fruto de decisões políticas e de um investimento estruturante do Executivo Municipal. Um
10 programa concebido com base legal, que definia o Programa Educativo Municipal para crianças e que tinha, para além do impacto, por exemplo, no primeiro ciclo, também o Gaia aprende + (i), Aquele projeto, essa realidade, era inseparável daquilo que tinha sido a liderança do Eduardo Vítor Rodrigues, do Patrocínio Azevedo, da Marina Mendes, do José Guilherme Aguiar, do Dário Silva, do Elísio Pinto do Valentim Miranda, da Célia Correia e da Paula Carvalhal e de tantos outros rostos de um projeto coletivo que sempre afirmou
15 que as pessoas eram o centro da política. Importava igualmente reconhecer o papel decisivo das Juntas de Freguesia e dos seus presidentes que estiveram desde o início próximos, disponíveis e solidários para a execução do projeto, dando apoio ao programa. A todos os diretores dos Agrupamentos e das suas equipas pedagógicas, o seu reconhecimento e agradecimento pelo esforço para que tudo funcionasse. Deixava também um agradecimento especial ao movimento parental, aos pais encarregados de educação que
20 participaram, sugeriram, colaboraram, fiscalizavam, a sua confiança e o envolvimento ativo naquele projeto tornava-o também mais efetivo. O Gaia Aprende + era a prova viva que era possível construir respostas públicas de qualidade, centradas nas pessoas com responsabilidade social, com visão política e com execução técnica competente. E se era verdade que o projeto nasceu de um ideal político, claro, também era certo que era de todos. De todas as forças políticas que o reconheciam, de todas as famílias que dele beneficiavam, de
25 todos os alunos que vivem diariamente nas suas escolas. Deixava uma palavra de reconhecimento aos trabalhadores do município, das instituições, das freguesias, das escolas, aqueles que direta ou indiretamente faziam acontecer. Uma nota especial ao José Oliveira, cujo papel discreto, mas decisivo, tornou o sonho possível. Ficavam felizes por saber que era unanime a valorização do projeto e por isso, afirmavam com convicção que fazia parte da realidade da cidade de Gaia. Conforme documento em anexo
30 (Anexo 8). -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Dário Soares Freitas da Silva agradeceu a intervenção. Era um programa que efetivamente lhe dizia muito, porque esteve na sua génese com o professor Eduardo Vítor Rodrigues, em Oliveira do Douro, onde efetivamente começaram “Estudos de atividades livres” e que já na altura constituía como um projeto inovador, arrojado, que visava dar resposta
35 às famílias e, naturalmente, aos interesses das crianças. O sucesso do programa em Oliveira do Douro foi a semente que o senhor Presidente da Câmara levava para o concelho, porque percebeu que efetivamente era uma prioridade e uma verdadeira forma de intervenção do ponto de vista de política pública de proximidade e territorialidade. Antes da política de descentralização promovida pela Administração Central, a Câmara de

5 Gaia com esse programa deu o primeiro mote de como se poderia fazer verdadeiramente política de
intervenção territorialidade ou, no caso, num concelho e numa área tão específica que também ela uma área
arrojada, porque o que normalmente tinha sido sempre destinado aos municípios era apenas a intervenção
do ponto de vista educativo, na gestão do edificado. Atualmente tinham um concelho particularmente feliz,
porque existia um programa que nos deveria orgulhar a todos, um programa que nenhum município em
10 Portugal conseguiu adotar. Foi uma política que entenderam apostar porque poderia fazer a diferença na
vida das pessoas e na vida de muitos gaienses. A Assembleia era um órgão de debate político e as forças
políticas não teriam de dar loas à Câmara Municipal, mas para, de alguma forma apontar caminhos que
obviamente entendessem e deveriam ser seguidos. Acrescentou ser um programa que abrangia 6000
crianças, num território vasto, heterogéneo, diversificado do ponto de vista da resposta local, sobretudo até
15 do ponto de vista da resposta institucional mesmo sabendo que nem tudo é perfeito. Focou a questão da
AMP dizendo que a mesma tendo conhecimento do trabalho extraordinário do município não estaria
interessada não era um assunto, infelizmente, que preocupava a AMP. Também tentaram o envolvimento
de associações culturais e desportivas, mas existiram muitos senãos. Agradeceu aos deputados o trabalho
final da comissão. -----

20 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** disse que considerava estar cumprido o desígnio do ponto 3.6.
da ordem de trabalhos, que era a apreciação do relatório apresentado pela Comissão para a avaliação do
Programa Gaia Aprende + e queria também agradecer a todos, que colaboraram no trabalho, que não tinha
sido fácil, teve que dirimir muitas vezes dúvidas que a todos se levantavam, mas que conseguiu trazer ali um
trabalho escorreito, limpo, que permitiu que todas as forças políticas, incluindo a Câmara Municipal, que
25 geria o trabalho diariamente, nos trouxessem reflexões que seriam vertidas para a ata desta Assembleia
Municipal, como contributos ou de forças políticas que os tenham proporcionado. Seria feito o cômputo de
tudo para ficarem com um documento que pudesse ajudar no futuro a fazer a política pública da educação.
Agradeceu aos deputados por valorizarem o trabalho. -----

30 De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter
sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (**vide anexo 9**). -----

5 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 23 horas e 22 minutos do dia 31 de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

10

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

15

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)